



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Senhores Acionistas,

A Administração da BAGUARI I S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Notas	Em milhares de reais			Notas	Em milhares de reais	
		31/12/12	31/12/11 (reapresentado)			31/12/12	31/12/11
PASSIVO							
CIRCULANTE							
Fornecedores		10	20.326		10	20.326	18.507
Empréstimos e financiamentos		11	13.893		11	13.893	14.052
Salários e encargos a pagar		12	18		12	18	17
Taxas regulamentares		12	825		12	825	705
Impostos e contribuições a recolher		13	1.303		13	1.303	3.551
Dividendos e juros sobre capital próprio		15	16.679		15	16.679	2.210
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)			289			289	275
Outros passivos circulantes			845			845	1
TOTAL DO CIRCULANTE			54.178			39.318	
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos		11	160.101		11	160.101	172.817
Taxas regulamentares		12	34		12	34	34
Impostos e contribuições sociais diferidos		14	3.182		14	3.182	-
Partes relacionadas		21	1.932		21	1.932	1.932
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)			2.156			2.156	2.052
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE			167.405			176.835	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16				16		
Capital social			87.133			87.133	87.133
Reservas de lucro			1.421			1.421	1.029
Proposta de distribuição de dividendos adicional			2.676			2.676	9.694
Lucro/prejuízo acumulado			-			-	(4.970)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			91.230			92.886	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			312.813			309.039	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

1 Informações Gerais

A BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. ("BAGUARI I") é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro e constituída em 11 de janeiro de 2006, como uma companhia de capital fechado, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51%, e onde também participa a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no Estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW e energia assegurada de 80,02 MW médios, em agosto de 2006 firmou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, com prazo de 35 anos.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da mensuração do uso de bem público. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 31/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 - Participação no consórcio

A Companhia Baguari I faz a consolidação proporcional dos ativos e passivos do Consórcio UHE Baguari na proporção de 51%, conforme participação acionária.

2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estes são direitos como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.5 - Imposto de renda e contribuição social correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

2.6 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas.

2.7 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
• Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo
• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem recebeu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem recebeu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem recebeu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.8 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos a contar da data da contratação.

2.9 - Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.10 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros com vencimentos no longo prazo e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas reconhecidas proporcionalmente às datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.11 - Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada à taxa que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

2.12 - Intangível

Compreende o direito de uso do bem público, faixas de servidões permanentes e *software* de manutenção de sistema.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.13 - Uso de bem público

Registrado aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto.

2.14 - Taxas regulamentares

a) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

c) Compensação Financeira por Utilização de Recursos Hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

2.14 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPB 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam

fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

2.16 - Demais direitos e obrigações

Ativos e passivos circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.17 - Novos pronunciamentos contábeis

2.17.1 - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012
Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1/1/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 09 (R1) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial – aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 04 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1) / IAS 11 – Contratos de Construção – aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1) / IAS 18 - Receitas – aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2) / IAS 27 - Demonstrações Separadas – aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação – aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.17.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board - IASB* emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 1/1/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas. O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

2.18 - Representação das cifras comparativas

Em 2012, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, os efeitos dessa representação são demonstrados a seguir:

	Ref.	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo				
Circulante	(a)	19.909	1.208	21.117
Não circulante	(b)	284.321	3.601	287.922
Total do ativo		304.230	4.809	309.039
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	(c)	20.762	18.556	39.318
Não circulante	(d)	185.612	(8.777)	176.835
Patrimônio Líquido	(e)	97.856	(4.970)	92.886
Total do passivo		304.230	4.809	309.039
Resultado				
Receita Líquida	(f)	46.945	-	46.945
Custo dos serviços e despesas gerais	(g)	(15.173)	(1.479)	(16.652)
Impostos e contribuições a recolher	(h)	(14.684)	(3.510)	(18.194)
Imposto de renda e contribuição social		(5.357)	969	(4.388)
Lucro líquido do exercício		11.731	(4.202)	7.711
Lucro básico por ação		0,13	0,09	(0,05)

Notas:
(a) Crédito de IRPJ de exercícios anteriores a compensar no montante de R\$ 761, constituição de saldo negativo de IRPJ no montante de R\$ 1.199, crédito de CSLL de exercícios anteriores a compensar no montante de R\$ 274 e constituição de saldo negativo de CSLL no montante de R\$ 54.
(b) Reclassificação de fundos vinculados para conta retificadora de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 8.777, retificação de gastos ambientais no montante de R\$ 1.642, dos quais R\$ 842 se referem a 2011 e R\$ 800 a exercícios anteriores, despesas financeiras no montante de R\$ 3.510, retificação da amortização do diferido no valor de R\$ 1.655, dos quais R\$ 702 se referem ao exercício de 2011 e R\$ 953 a exercícios anteriores e retificação do intangível no montante de R\$ 1.191, dos quais R\$ 65 se referem ao exercício de 2011 e R\$ 1.126 a exercícios anteriores e retificação do aditivo ao contrato de empreitada no valor de R\$ 17.993.
(c) Retificação do aditivo ao contrato de empreitada no valor de R\$ 17.993 e R\$ 563 refere-se ao imposto devido ajuste da amortização do diferido, dos quais R\$ 239 se referem ao exercício de 2011 e R\$ 324 exercícios anteriores.
(d) Reclassificação de fundos vinculados para conta retificadora de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 8.777.
(e) Retificação de gastos ambientais no montante de R\$ 1.642, despesas financeiras no montante de R\$ 3.510, retificação da amortização do diferido no valor de R\$ 1.655, retificação do intangível no montante de R\$ 1.191, estorno do IRPJ de exercícios anteriores de R\$ 761 e constituição de saldo negativo de IRPJ no montante de R\$ 1.199, crédito de CSLL de exercícios anteriores a compensar no montante de R\$ 274 e constituição de saldo negativo de CSLL no montante de R\$ 54 e R\$ 563 refere-se ao imposto devido ajuste da amortização do diferido.
(f) Despesas financeiras no montante de R\$ 3.510 referente os contratos de construção da usina.
(g) O valor de R\$ 1.208 está diretamente relacionado ao item "a" e o valor de R\$ 239 refere-se ao imposto devido ajuste da amortização do diferido.

3 Caixa e Equivalente de Caixa

	Saldo em 31/12/12	Saldo em 31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	75	224
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	864	1.098
Fundos de investimento	12.241	3.663
	13.180	4.985

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compravendidas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

4 Contas a Receber de Clientes e Outros

	31/12/12	31/12/11
Títulos a receber	6.548	5.981
Comercialização de energia na CCEE	6	-
Total	6.554	5.981

A composição dos prazos de vencimento dos títulos a receber é como segue:

	Saldo em 31/12/12	Saldo em 31/12/11
--	-------------------	-------------------



Continuação

10 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Fornecedores	Ref.	31/12/12	31/12/11
Energia elétrica:		1.251	31
Terceiros		1.251	31
Encargos de uso da rede		254	258
Terceiros		254	257
Partes relacionadas		-	1
Materiais e serviços		18.821	18.187
Terceiros	(a)	18.821	18.187
Energia livre		-	31
Total		20.326	18.507
Circulante		20.326	18.507

(a) Valores provisionados referente aditivo ao contrato de empreitada parcial a preço global e prazo determinado, para fornecimento de materiais e equipamentos montagem, serviços de engenharia e obras civis.

11 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia obteve junto ao BNDES contrato de financiamento, assinado em 20 de dezembro de 2007, destinado à capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

Encargos	Principal	31/12/12	31/12/11
Moeda Nacional			
BNDES		168.225	182.118
TJLP+2,19% a.a.		524	13.369
Total		168.225	182.118

(-) Garantias depósitos vinculados: 168.225 (8.777) / 182.118 (8.777)

O financiamento com o BNDES foi adquirido para a construção da Usina Hidrelétrica Baguari e será amortizado em 192 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de setembro de 2010 até 15 de julho de 2026. A remuneração é baseada na TJLP mais spread de 2,19% a.a. Os juros durante a carência foram capitalizados, incorporando-se ao principal da dívida e será exigido junto com o mesmo. Os saldos aprepados em garantias, depósitos vinculados, referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contratos de empréstimos, com a finalidade de garantia real.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são:

	31/12/12	31/12/11
2013	13.369	13.369
2014	13.369	13.369
2015	13.369	13.369
2016	13.369	13.369
2017	13.369	13.369
Após 2017	114.749	114.749
Total obrigações	168.225	182.118

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional	Passivo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010			209.062
Encargos			16.146
Amortizações e pagamentos de juros			(29.562)
Mov. líquida depósitos vinculados			(8.777)
Saldos em 31 de dezembro de 2011			186.869

Saldos em 31 de dezembro de 2011

	circulante	Não circulante	Total
Encargos	14.052	172.817	186.869
Transfêrencias	14.616	14.616	29.232
Amortizações e pagamentos de juros	(28.144)	-	(28.144)
(-) Garantias depósitos vinculados	-	653	653
Saldos em 31 de dezembro de 2012	13.893	160.101	173.994

Condições restritivas financeiras (covenants)
O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:
BNDES FINEM – Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 e Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%.
Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente. Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/fiança da Neoenergia.

12 Taxas Regulamentares

Ref.	31/12/12	31/12/11
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	34	32
Taxa de Desenvolvimento - P&D	(a) 500	407
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	12	15
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH	296	277
Mínisterio de Minas e Energia - MME	859	739
Total	825	705
Circulante	34	34
Não circulante	791	671

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008 e 316/2008.

13 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/12	31/12/11
Circulante		
Imposto de renda - IR	541	1.886
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	414	649
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	4	4
Programa de integração social - PIS	49	68
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	221	314
Instituto nacional de seguridade social - INSS	12	12
Imposto sobre sen igos - ISS	22	23
Arrebolamento de tributos	5	-
Outros	35	32
Total	1.303	2.988

14 Tributos e Contribuições Sociais Correntes e Diferidos

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de renda e contribuição social	(a)	3.182	1.208
Diferido ativo		-	1.208
Diferido passivo		3.182	-
Total		3.182	1.208

(a) Imposto de renda e contribuição social a Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo. Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída à alíquota de 9%.

	Ativo	Passivo (-)
	31/12/12	31/12/12
Imposto de renda		
Diferenças temporárias	3.521	880
Total	3.521	880

	31/12/12	31/12/11
Contribuição social		
Diferenças temporárias	3.648	328
Total	3.648	1.208

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	IR	CSLL
Ajustes RTT		
Uso do bem público	3.080	3.080
Outros	439	566
Total ativo	3.519	3.646

	31/12/12	31/12/11
Passivo (-)		
Ajustes RTT		
Uso do bem público	(2.892)	(2.892)
Depreciação	(10.017)	(10.017)
Total passivo	(12.909)	(12.909)
Total líquido	(9.390)	(9.263)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgadas e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social		18.440	10.628
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	3.077	3.077
Juros sobre capital próprio	(4.775)	(4.775)	(4.373)
Juros antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		13.665	9.332
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		3.416	2.333
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:			
(+) Adições			
Outras adições		108	39
(-) Exclusões			
Outras exclusões		(619)	(374)
Total		108	39

(a) Regime tributário de transição
A Medida Provisória nº 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.
A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

15 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/12
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido	
Ações ordinárias	87.133
Total	87.133
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado	
Lucro líquido do exercício	12.813
Absorção de prejuízo acumulado	(4.970)
Constituição da reserva legal	(392)
Base de cálculo do dividendo	7.451
Dividendos mínimos obrigatórios	1.863
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos e propostos:	
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,0548027 por ação ON	(4.775)
Dividendos propostos - R\$ 0,307141 por ação ON	(2.576)
Total bruto	(7.451)
A formação dos saldos é como segue:	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.210
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	14.469
Saldos em 31 de dezembro de 2012	16.679

16 Patrimônio Líquido

Capital social
O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 87.133, totalmente integralizado até a data do balanço.
Todas as ações emitidas estão integralizadas. A Baguari I S.A. tem somente uma classe de ações ordinárias.
A destinação do resultado está demonstrada na nota explicativa 15.
A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações ordinárias	%
Acionistas	87.133	100,00
Neoenergia	87.133	100,00
Total	87.133	100,00

Reserva Legal
A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

17 Receita Líquida

	Ref.	31/12/2012	31/12/2011
Fornecimento de energia	(a)	53.432	51.431
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		1.908	769
Total receita bruta		55.340	52.200
(-) Deduções da receita bruta	(b)	(5.508)	(5.255)
Total receita operacional líquida		49.832	46.945

(a) Fornecimento de Energia
A Composição do fornecimento de energia elétrica é a seguinte:

	Nº de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$ mil
31/12/12	31	344.948	344.005
31/12/11	32	344.948	344.005
Total	31	344.948	344.005

(b) Deduções da receita bruta
Impostos:

	31/12/12	31/12/11
PIS	(894)	(853)
COFINS	(4.118)	(3.932)
Encargos Setoriais:		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(496)	(470)
Total	(5.508)	(5.255)

18 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Acumulado	
	31/12/12	31/12/11
Custos dos serviços		
Despesas gerais	(239)	(239)
Despesas administrativas	(28)	(29)
Total	(267)	(268)
Despesas administrativas		
Despesas gerais	(1.444)	(1.444)
Total	(1.444)	(1.444)

19 Receita Financeira

	31/12/12	31/12/11
Renda de aplicações financeiras	1.314	1.819
Outras receitas financeiras	13	6
Total	1.327	1.825

20 Despesa Financeira

	31/12/12	31/12/11
Encargos de dívida	(14.617)	(16.146)
Variação monetária	(1.180)	(3.510)
Outras despesas financeiras	(99)	(363)
Total	(15.896)	(20.019)

21 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	31/12/12		31/12/11	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empresas				
COLLEBA	400	3.505	396	-
CELPE	310	2.450	295	-
COISERN	181	1.403	174	-
ITAPEBI	99	1.403	174	-
BAGUARI I	99	1.932	-	1.932
BAHIA PCH I	3.693	-	-	1
AFLUENTE TRANSMISSÃO	-	-	(5)	-
Neoenergia S.A.	-	9.695	-	-
Juros sobre capital próprio	-	6.985	-	2.210
Total	16.680	16.680	16.680	16.680

22 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações gerais e políticas
A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo e foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.
Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do capital social
A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.
A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa e considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.
Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os trimestres findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.
Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:
• Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
• Títulos e valores mobiliários – representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados a valor justo por meio de resultado.
• Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
• Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como empréstimos, não mensurados ao valor justo.
• Empréstimos, financiamentos
O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
• Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	13.180	13.180	4.985	4.985
Títulos e valores mobiliários	5	5	229	229
Contas a receber de clientes e outros	6.554	6.554	5.981	5.981
Total	(20.326)	(20.326)	(18.507)	(18.507)
Passivo				
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(173.994)	(173.994)	(186.869)	(186.869)

CPC 40 níveis de hierarquia do valor justo: